

# Ramalho Eanes visitou o Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, visitou ontem à tarde, em S. Bento e na Estrela, as várias dependências que integram o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo, no final, louvado, na pessoa do seu director, dr. José Pereira da Costa, «a grande competência e a grande dedicação» dos trabalhadores daquela instituição.

Eanes, que fez a visita acompanhado pela secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, e por alguns dos seus assessores, depois de ter salientado a importância daquela parcela da «nossa memória colectiva», manifestou a esperança de que o arquivo venha a ser beneficiado com «modificações e transformações de forma articulada».

Sublinhando o significado histórico do espólio documental contido no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Presidente da República acentuou que «aquilo que somos é em grande parte o nosso passado», encarado de uma «forma dinâmica».

Logo no início da visita no Palácio de S. Bento, o dr. José Pereira da Costa recordou, com humor, que há 227 anos que o arquivo ali se encontra instalado «a título provisório», acrescentando que «somos inquilinos de direito legítimo porque o rei D. José I pagava a renda aos frades». Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, o convento transformou-se em parlamento, continuando o Arquivo da Torre do Tombo a ocupar parte do seu espaço.

O director do arquivo mostrou a Ramalho Eanes peças

valiosas como o tinteiro que, durante décadas, foi utilizado por Alexandre Herculano, um modesto armário que pertencia ao mobiliário da sua casa de Vale de Lobos e ainda um tinteiro utilizado pelos inquisidores.

### Pouco espaço, pouco pessoal

Está prevista para meados de 1989 a transferência do Arquivo Nacional da Torre do Tombo para o novo edifício que vai ser construído na zona da Cidade Universitária. Até lá, no Palácio de S. Bento e na dependência da Estrela, integrada no Instituto Geográfico e Cadastral, o arquivo e os seus responsáveis debatem-se com dois problemas centrais: falta de pessoal es-

pecializado (cerca de 60 por cento de vagas por preencher) e exiguidade de espaço, que é de resto, notória na sala de leitura utilizada pelos investigadores, com lotação para escassas duas dezenas de pessoas.

«Salvar o que há para o futuro» foi a grande preocupação manifestada pelo director do arquivo ao Presidente da República, pois «o arquivo não nos diz só respeito a nós, mas a povos e países de todo o mundo». «Todos os dias — revelou — chegam pedidos de informação de vários continentes. Neste momento encontra-se na sala de leitura um professor holandês que estuda um documento de 1148, um fólio da Sé de Coimbra, do bispo D. Paterno, tradução em árabe de cânones cristãos dos moçárabes».

Ramalho Eanes e os seus acompanhantes percorreram as salas do microfilme e de restauro e as várias dependências onde o espólio documental se encontra depositado, designadamente aquela

onde se encontram os arquivos da Inquisição.

Um quadro do arquivo falar-lhe-ia da «relação quase humana que temos com os documentos» e do facto de falarmos das pessoas a que os documentos se referem «como se estivessem vivas».

Em 1985 o arquivo registou mais de 160 visitas colectivas. Em 1966 procedeu-se à higienização dos depósitos, o que constitui um passo importante para a preservação do espólio arquivístico.

O director do arquivo, falando das dificuldades com que deparam os trabalhadores da instituição, referiu que «meia dúzia de folhas de papel do Japão custa quatro contos». Quanto à máquina de microfilme «é tão velha que já não há peças para ela».

Entre os documentos que o Presidente da República observou, nas várias dependências do arquivo, contam-se o documento referente à atribuição da Ordem da Jarreteira a D. João VI. Foi D. João V o primeiro a ser agraciado

com aquela condecoração. Também os tratados assinados com vários Estados mereceram a sua atenção, bem como a carta do Mestre João, onde pela primeira vez é referido o Cruzeiro do Sul.

### Documentos, séculos de História

Objecto de apreciação foi igualmente a carta que Pero Vaz de Caminha escreveu a D. Manuel.

Demoraram-se depois os visitantes numa notável exposição que não se encontra patente ao público, onde foram apreciados documentos como o «Livro das Aves», de 1183, o «Apocalipse do Lorvão», o testamento de D. Afonso II, de 27 de Janeiro de 1214, que é o mais antigo documento redigido em português. Na exposição figuram outras valiosíssimas peças documentais como o «Livro de Horas», de D. Duarte, o contrato assinado por D. Dinis com o almirante genovês Pessanha, o auto de aclamação do Mestre de Avis pelas Cortes de Coimbra («pergaminho pobre, revelador da situação dramática que se vivia»), o texto do acordo celebrado entre Fernão de Magalhães e o rei de Castela, um documento escrito em árabe que autorizava os portugueses a construírem a fortaleza da ilha de Moçambique, os dois documentos mais antigos do mundo em língua malaia, a correspondência dos czares da Rússia para os reis de Portugal e muitos outros que mereceram prolongada observação.

Em seguida, o general Ramalho Eanes e a sua comitiva dirigiram-se à dependência que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo possui, desde meados do século passado, no Instituto Geográfico Cadastral, na Estrela. As queixas foram as mesmas: exiguidade de espaço e carência de pessoal especializado. Um responsável falou mesmo do «perigo de incêndio», revelando que «foram gastos três mil contos com a limpeza do tecto». «Tudo isto — lamentou-se — é caríssimo e sem dinheiro não se pode fazer nada». A média etária, tanto em S. Bento como na Estrela, é muito elevada, rondando os 60 anos.

O Presidente da República assinou o livro de honra do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
X
25
26
27
28
29
30
31

B. Sl. Peças o Arquivo  
Arquivo Nacional da Torre do Tombo

